

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

O Serviço Social da Indústria – SESI é uma instituição de Direito Privado, sem fins lucrativos, criado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, a 1ª de julho de 1946, consoante ao Decreto - lei nº 9.403, de 25 de junho do mesmo ano, regulamentada através do Decreto nº 57.375, de 02 de dezembro de 1962, alterado pelo Decreto nº 6.637, de 05 de novembro de 2008, tem por escopo estudar, planejar e executar iniciativas em prol da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores da indústria e atividades semelhantes, bem como de seus dependentes, colaborando com a melhoria do padrão de vida no país, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico, e o desenvolvimento do espírito da solidariedade entre as classes.

O SESI Departamento Regional do Ceará, matriz, está localizado na Av. Barão de Studart, 1980, 2º Andar, Fortaleza, Ceará, e tem por objetivo:

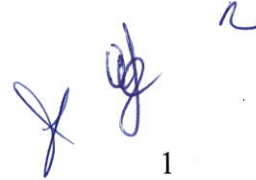
- a) a alfabetização do trabalhador e seus dependentes;
- b) educação de base;
- c) educação para a economia;
- d) educação para a saúde (física, mental e emocional);
- e) educação familiar;
- f) educação moral e cívica;
- g) educação comunitária, de acordo com o Art. 5º de seu Regulamento.

A entidade tem como principais fontes de receita, as contribuições compulsórias, previstas no Artigo 3º, Decreto-Lei nº 9.403 de 25 de junho de 1946, recolhidas mensalmente pelas empresas enquadradas no segmento industrial. A arrecadação dessas contribuições ocorre de forma direta, quando o industrial recolhe diretamente ao Departamento Regional, ou de forma indireta, através da guia de recolhimento da Contribuição Previdenciária ou guia do E-Social, paga à Receita Federal.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), especificamente aquelas aplicáveis às Entidades regidas pela Lei 4.320/64 e Normas Contábeis aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP), e consonância com a Lei 11.638/07, bem como atendendo a padronização do Plano de Contas e Manual de padronização do Sistema Indústria.

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.



Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade

De acordo com o que dispõe o artigo 39, letra c, do Regulamento do SESI, aprovado pelo Decreto 53.375, de 02 de dezembro de 1965, atualizado pelo Decreto nº 6.637, de 08 de novembro de 2008, o Processo de Prestação de Contas do Departamento Regional do SESI será examinado pela Comissão de Contas do Conselho Regional que se manifestará através de parecer e posteriormente, será apreciada e votada pelo plenário do Conselho Regional em reunião específica obedecendo os prazos regimentais.

A Administração da "Entidade" autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 20 de fevereiro de 2020.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros que foram mensurados pelo seu valor justo.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação de suas políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- (a) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (Nota nº 4) - Esses valores são estimados com base no levantamento de títulos vencidos a mais de 180 dias, bem como os títulos destes clientes que possuem uma estimativa de perda prospectiva, considerando um possível não recebimento, conforme orienta o CPC 48 – Instrumentos financeiros;
- (b) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa – arrecadação direta (Nota nº 5) – Valores estimados pelo valor da causa, com base no tipo de risco “provável”;
- (c) Determinação das taxas de depreciação do Ativo Imobilizado (Notas nº 2.16 e 2.17);
- (d) Provisão para contingências judiciais (Nota nº 17);

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

(e) Provisão para participação nos lucros e resultados (Nota nº 2.21).

No entendimento da Administração da Entidade, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, bem como os mesmos são revistos periodicamente.

2.4. Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da entidade. As informações financeiras estão evidenciadas de forma arredondadas para milhares de Reais, com exceção quando indicado de outra forma.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades do SESI-CE estão representadas por saldos em caixa, contas bancárias disponíveis e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços, principalmente, na área de educação, saúde e segurança do trabalho do SESI/CE.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da entidade), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.7. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa – PECLD

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa das contas a receber são constituídas com base nos títulos vencidos a mais de 180 dias, conforme preceitua o “CPC SI – Provisão de Devedores Duvidosos de Clientes”, a partir de uma análise individual dos vencimentos dos títulos. A entidade passou a estimar também os títulos destes clientes que ainda não estão vencidos, porém existe uma perspectiva de perda, conforme preceitua o CPC 48 – instrumentos financeiros.

2.8. Adiantamentos

Adiantamentos relacionados à salários, férias, 13º salário, adiantamentos a fornecedores e demais adiantamentos para realização de despesas de pagamento imediato.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

2.9. Departamento conta movimento

Representam as operações financeiras entre o SESI/CE e os Departamentos Nacional e Regionais da mesma Entidade.

2.10. Receitas a receber - Receitas de contribuições

Os valores são reconhecidos pelo regime de competência, provenientes da contribuição compulsória de 1,5% sobre a folha de pagamento das empresas industriais, recolhida de forma direta através de convênio de arrecadação firmado diretamente com o SESI-CE, ou indiretamente via GPS ou Guia e-social e repassadas ao SESI.

2.11. Outras receitas a receber (circulante e não circulante)

São demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.12. Contas correntes ativas e passivas

Valores correspondentes a operações que constituem direitos ou obrigações realizadas junto aos centros de atividades, colaboradores ou terceiros.

2.13. Estoques

Os estoques são compostos de materiais utilizados para consumo, bem como materiais didáticos utilizados nos cursos prestados pela entidade. São mensurados pelo valor de custo médio de aquisição que não supera o valor de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando do seu consumo ou perecimento.

2.14. Despesas antecipadas

Valores pagos pela contratação de licenças, que são apropriados mensalmente nas contas de resultado, observando o período de vigência do contrato.

2.15. Depósitos para recursos judiciais

Depósitos efetuados em contas bancárias por ordem judicial, registrados pelo seu valor original.



Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

2.16. Imobilizado

Os bens imóveis e móveis estão mensurados pelo seu custo de aquisição ou construção.

Todos os bens da Entidade estão registrados pelo seu valor recuperável, de acordo com o CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos. Em 2018 a entidade efetuou o *Impairment test*, e no exercício de 2019 a administração avaliou não haver mudanças significativas que justificassem nova aplicação do teste de recuperabilidade.

A Entidade submete-se à Norma Geral de Patrimônio NPSG nº. 2014001 de 07/04/2014 do Sistema FIEC, em consonância também com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aplicadas ao setor público, NBC TSP 07.

Em relação à depreciação, os terrenos e os bens cedidos não são depreciáveis. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear a taxas anuais, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada para o exercício corrente.

	Taxa média ponderada anual
Prédios	2%
Mobiliário em geral	10%
Máquinas e equipamentos em geral	10% - 25%
Equipamentos esportivos e artísticos	10%
Equipamentos médicos, cirúrgicos, odontológicos e laboratoriais	10% - 25%
Instrumentos musicais	10%
Equipamentos de informática	25%
Veículos	10% - 20%

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.17. Intangível

A entidade registra os gastos com aquisição de software, amortizados pelo método linear, ao longo de sua vida útil estimada, e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A entidade não identificou ao final do exercício indícios de redução nos valores de recuperação dos intangíveis, não havendo, portanto, a necessidade de aplicação do *impairment test*.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

A vida útil dos bens intangíveis foi revisada, permanecendo o prazo anteriormente adotado, bem como a taxa anual para amortização dos bens intangíveis, conforme segue:

	Taxa média ponderada anual
Softwares	25%

2.18. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante, reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo. Geralmente, são reconhecidas pelo valor da fatura correspondente.

2.19. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante as parcelas vincendas no prazo do exercício social (12 meses), e o restante do saldo devedor é classificado no Exigível a Longo Prazo. Em 31 de Dezembro de 2019, a instituição mantinha empréstimos apenas com o Departamento Nacional, o Fundo de Reserva Financeira.

2.20. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada, resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas mensalmente, e ajustadas quando necessário.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

2.21. Benefícios a funcionários

(a) Participação nos lucros e bônus

A Instituição no exercício de 2017, aprovou junto ao Conselho Regional, o programa de participação nos lucros e resultados, com base em estudo feito por empresa de consultoria contratada. Tais participações são devidas, caso sejam atendidos alguns critérios de resultado global das entidades do Sistema FIEC, índice de liquidez compatível por entidade, bem como atingimento de metas de execução de receitas e despesas. Para o exercício de 2019, a entidade não distribuiu participação nos lucros, pois os indicadores não foram atingidos.

(b) Planos de benefícios definidos

Nos planos de benefício definido os valores das pensões que serão recebidas pelos beneficiários encontram-se previamente definidos, calculados individualmente para cada plano, através de utilização de premissas atuariais de mensuração. As contribuições poderão ser ajustadas para garantir o pagamento desses benefícios.

A instituição contribui para o Plano de Previdência Complementar Industrial - PRECIN, que é recolhido mensalmente para a empresa Icatu Fundo Multipatrocinado, administradora do fundo de pensão.

2.22. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, e atende aos seguinte critérios:

- (a) quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- (b) quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- (c) quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- (d) quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e
- (e) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço (ver item 52).



Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

A entidade atende aos critérios definidos pelo normativo, e contabiliza as receitas de acordo com a execução dos serviços prestados.

As receitas orçamentárias são constituídas pelas receitas correntes (da atividade própria) e receitas de capital.

- (a) **Receitas correntes:** compostas pelas receitas de contribuições (arrecadação compulsória direta e indireta); receitas patrimoniais (aluguéis e rendimentos de valores mobiliários); receitas de serviços (saúde, educacional, lazer e consultoria); outras receitas correntes (patrocínios e receitas financeiras) e transferências correntes (subvenções e auxílios, apoios financeiros, receitas de projetos e incentivo à produção).
- (b) **Receitas de capital:** receitas relacionadas à alienação de bens, apropriações de recursos financeiros destinados a atender às despesas com investimentos, inversões financeiras e transferências de capital (subvenções e auxílios).

Em relação às despesas, compreendem os gastos realizados pelo SESI-CE na manutenção de suas atividades, identificadas como despesas correntes e despesas de capital, conforme segue:

- (a) **Despesas correntes:** correspondem aos gastos necessários para manutenção das atividades da entidade. Composta pelas despesas com pessoal e encargos, ocupação e utilidades, transportes e viagens, serviços de terceiros, despesas financeiras, impostos e contribuições, e despesas diversas; e as transferências correntes (transferências regulamentares e auxílios a terceiros).
- (b) **Despesas de capital:** gastos incorridos e provisões classificáveis como investimentos com bens móveis e imóveis, inversões financeiras e transferências de capital (amortização da dívida).

2.23. Instrumentos financeiros

a) **Ativos financeiros:** os ativos financeiros da Entidade são mensurados inicialmente pelo valor justo. Os ativos financeiros compreendem caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, receitas a receber e departamento conta movimento. Na data do balanço, os ativos financeiros são avaliados para identificação da recuperabilidade de ativos.



Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros da Entidade compreendem contas a pagar, fornecedores, empréstimos, financiamentos e convênios e acordos. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Após reconhecimento inicial, os empréstimos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Os empréstimos são mensurados inicialmente pelo valor justo, e classificados como passivo circulante e não circulante, de acordo com o período de amortização total da transação.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	1	1
Banco conta movimento	255	323
Aplicações financeiras	108.844	90.325
Total	<u>109.100</u>	<u>90.649</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Clientes	3.069	2.770
Subtotal	3.069	2.770
 (-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de clientes	(932)	(623)
Subtotal	(932)	(623)
 Total	<u>2.137</u>	<u>2.147</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

A entidade registra a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes, considerando os títulos vencidos há mais de 180 dias, bem como estima também a perda prospectiva dos títulos a vencer destes clientes, conforme orienta o "CPC - SI (Sistema Indústria) - Provisão de Devedores Duvidosos de Clientes" e CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

5. RECEITAS A RECEBER

	2019	2018
<u>Ativo Circulante</u>		
Arrecadação indireta	2.741	2.503
Apropriação sobre 13º salário - arrecadação indireta	1.831	1.844
Subvenção ordinária	443	689
Apropriação sobre 13º salário - Subvenção ordinária	331	-
Subvenção especial	554	840
Apropriação sobre 13º salário - Subvenção especial	279	-
Convênios arrecadação direta	651	387
Subtotal	6.830	6.263
<u>Ativo Não Circulante</u>		
Convênios arrecadação direta	3.831	3.656
Subtotal	3.831	3.656
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa da arrecadação direta	(2.617)	(2.735)
Total	8.047	7.184

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

Os valores correspondentes a perda estimada no recebimento dos valores a receber da arrecadação direta, foram efetuadas de acordo com a probabilidade de êxito da ação definida pela Gerência Jurídica do Sistema FIEC.

6. OUTRAS RECEITAS A REBER

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Outras receitas a receber - aluguéis	<u>668</u>	<u>585</u>
Subtotal	668	585
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de outras receitas a receber - aluguéis	<u>(582)</u>	<u>(507)</u>
Subtotal	(582)	(507)
Total	<u>86</u>	<u>78</u>

Valores correspondentes aos aluguéis a receber de três imóveis locados para duas Prefeituras e para um órgão do Estado. Foi lançada também perda estimada referente a esses valores, observando o mesmo critério adotado para os Clientes PF e PJ.

7. SISTEMA INDÚSTRIA CONTA MOVIMENTO

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Ativo Circulante</u>		
Conta Movimento SENAI	354	17
Conta Movimento FIEC	614	25
Conta Movimento IEL	-	1
Total	<u>968</u>	<u>44</u>

Passivo Circulante

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

	2019	2018
Conta Movimento SENAI	11	-
Conta Movimento Sesi/SENAI Sobral	2	-
Conta Movimento FIEC	194	199
Conta Movimento IEL	40	37
Total	247	236

Estas rubricas referem-se as transações com partes relacionadas, registros esses, das operações de contas correntes entre os Departamentos Regionais e o Departamento Nacional da mesma "Entidade".

8. ESTOQUE

	31.12.2019	31.12.2018
Produtos para consumo e materiais didáticos	384	334
Total	384	334

O estoque é pulverizado e substancialmente composto por materiais de consumo a serem utilizados na prestação de serviços da entidade, bem como para uso administrativo.

9. IMOBILIZADO

Todos os bens da Entidade estão registrados pelo seu valor recuperável, de acordo com o CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos. A entidade em 2018 efetuou o *impairment test*, e no exercício de 2019 a administração não identificou ao final do exercício indícios de redução nos valores de recuperação dos ativos imobilizados.

Segue posição do imobilizado em 31/12/2019, bem como sua movimentação no exercício:

				Líquido	
	Custo	Depreciação Acumulada	Perda por Impairment	2019	2018
Terrenos	13.717	-	(21)	13.697	13.921
Imóveis	75.569	(9.506)	(2.998)	63.065	53.856
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.181	(146)	-	1.035	1.623
Veículos	4.525	(4.050)	-	475	739

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

				Líquido	
	Custo	Depreciação Acumulada	Perda por Impairment	2019	2018
Mobiliário em geral	3.421	(1.986)	(324)	1.110	995
Máquinas e equipamentos	5.564	(2.676)	(295)	2.593	1.981
Equipamentos de informática	6.856	(5.076)	(403)	1.377	983
Equip. médicos, cirúrgicos e odont.	4.399	(3.020)	(111)	1.268	1.615
Equip. esportivos, art. e de recreação	1.522	(699)	(6)	817	386
Instrumentos musicais	24	(18)	(0)	6	6
Total	116.780	(27.177)	(4.159)	85.443	76.105

	31.12.2018	Adições	Baixas	Depreciação	Perda por Impairment	31.12.2019
Terrenos	13.921	-	(225)	0	-	13.697
Imóveis	53.856	7.957	(1.861)	3.113	-	63.065
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.623	-	(634)	46	-	1.035
Veículos	739	-	(70)	(195)	-	475
Mobiliário em geral	995	369	(187)	(67)	-	1.110
Máquinas e equipamentos	1.981	1.008	(167)	(229)	-	2.593
Equipamentos de informática	983	774	(283)	(97)	-	1.377
Equip. médicos, cirúrgicos e odont.	1.615	34	(228)	(153)	-	1.268
Equip. esportivos, art. e de recreação	386	526	(36)	(60)	-	817
Instrumentos musicais	6	1	(0)	(1)	-	6
Total	76.105	10.669	(3.691)	2.360	-	85.443

10. INTANGÍVEL

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

	Custo	Depreciação Acumulada	Perda por Impairment	Líquido	
				2019	2018
Softwares	837	(590)	(93)	154	348
Total	837	(590)	(93)	154	348

Movimentação do intangível:

	31.12.2018	Adições	Baixas	Depreciação	Perda por Impairment	31.12.2019
Softwares	348	1	-	(195)	-	154
Total	348	1	-	(195)	-	154

11. PROCESSOS JUDICIAIS ATIVOS – ATIVO CONTINGENTE

Conforme Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 25 e Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o ativo contingente não deve ser reconhecido, porém, quando for **“provável”** a entrada de benefícios econômicos, o mesmo deve ser divulgado, conforme item 34 do CPC 25. O SESI/CE possui processos na condição de autor junto à Justiça Estadual e Justiça Federal, com probabilidade de êxito **“provável”**, cabendo a divulgação desses valores:

	2019	2018
Justiça Estadual	529	522
Justiça Federal (SESI e SENAI)	-	150
Justiça Federal	3.876	3.876
Total	4.405	4.548

Na justiça federal, há processos correspondentes às entidades SESI, SENAI, FIEC, IEL e Condomínio, sendo considerado para fins de divulgação o valor total da causa.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

12. FORNECEDORES A PAGAR

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores - Pessoa Física	1	-
Fornecedores - Pessoa Jurídica	4.115	4.053
Total	<u>4.116</u>	<u>4.053</u>

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E SOCIAIS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários e encargos sociais	1.157	2.859
Provisão para férias e encargos sociais	2.647	2.316
IRRF a recolher	329	361
ISS a recolher	82	54
CSLL/PIS/COFINS a recolher	111	141
Total	<u>4.326</u>	<u>5.732</u>

14. CONVÊNIOS – ARRECADAÇÃO DIRETA

Referente aos valores devidos pelo Departamento Regional ao Departamento Nacional, correspondente às arrecadações recebidas das empresas conveniadas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Convênios arrecadação direta	2.542	2.337
Total	<u>2.542</u>	<u>2.337</u>



Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A entidade possui um empréstimo ativo com o Departamento Nacional: fundo de reserva financeira nº 000148. Os recursos são provenientes do fundo de reserva constituído entre os regionais, com base na Resolução SESI 01/2012, com a finalidade de suprir os departamentos regionais de recursos financeiros para implementação de projetos específicos, alinhados à estratégia do Departamento Nacional. O empréstimo do reequilíbrio de caixa nº 000092, teve sua última prestação quitada em novembro/2019.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Passivo Circulante</u>		
Empréstimo Reequilíbrio de caixa - NR 000092	-	1.285
Empréstimo FRF - NR 000148	2.296	2.044
Subtotal	<u>2.296</u>	<u>3.329</u>
<u>Exigível a Longo Prazo</u>		
Empréstimo FRF - NR 000148	-	2.358
Subtotal	<u>-</u>	<u>2.358</u>
Total	<u>2.296</u>	<u>5.687</u>

16. CONVÊNIOS

Valores correspondentes aos projetos e convênios firmados com o Departamento Nacional e demais entidades, que não efetuaram as prestações de contas na sua totalidade, uma vez que as receitas estão sendo apropriadas de acordo com a realização da despesa correspondente e andamento dos projetos.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PJ 268663 PROGRAMA VIRA VIDA - CURSOS	-	3
PJ SISTEMA DE GESTAO ESCOLAR	185	185
PJ 258880 CAP. FOCO NO VALOR AGREG SERV.	-	15
PJ 258878 REDE IDENT. DEM. INT. ESTADO	1	1
PJ 264768 MODERN. FISICA CASA DA IND.	-	394
PJ 258899 AMPLIACAO CAPILARIDADE PECEM	-	338
PJ 273283 SESI EM SOLUCOES INTEGRADAS	-	61

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

	2019	2018
PJ 273299 DESEN. COMPETENCIAS INOVAR SSI	-	38
SUBVENCAO EXTRAORDINARIA 2018	138	820
PJ 274488 - IMPLANTACAO SESI VIVA+	-	119
ESTIMULO A PRODUCAO SST	-	106
ESTIMULO A PRODUCAO EJA	82	58
ESTIMULO PRODUTO PNSST	-	9
ESTIMULO PROD. SEVS	-	23
ESTIMULO A PRODUCAO EBEP	-	30
PJ ATENDIMENTOS A REDES SETORIAIS	222	-
PJ 306158 ADEQ INFRAESTRUTURA SEG INFORM	351	-
PJ FACA-SE LUZ	50	-
PJ 296337 UPDATE GESTAO DE CUSTOS EM SST	87	-
Total	1.116	2.201

17. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A entidade é parte em diversos processos judiciais. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação do setor Jurídico da instituição. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

17.1 Composição das provisões

As provisões estão constituídas com base na avaliação da Gerência Jurídica da instituição, para processos com possibilidade de perda "**Provável**". As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão assim representadas:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Justiça Trabalhistas	703	548
Justiça Trabalhista	52	52
Justiça Estadual	3	-
Total	<u>756</u>	<u>600</u>

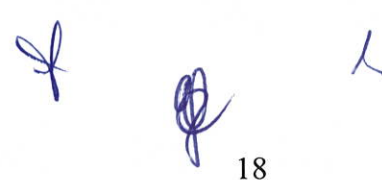
17.2 Passivo Contingente

A entidade é ré em ações de natureza trabalhista, cíveis e tributárias, onde existe uma **"Possível"** probabilidade de perda, e tais valores não são provisionados, porém conforme NBC TG 25 (R1), este Passivo Contingente deve ser divulgado, como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Justiça trabalhista	7.458	2.845
Justiça Federal - (Cíveis, Sesi e SENAI)	11	11
Justiça Estadual - (Tributário e Cíveis)	20	115
Total	<u>7.490</u>	<u>2.970</u>

18. PATRIMÔNIO SOCIAL

O valor de R\$ 191.032.406,11 (cento e noventa e um milhões, trinta e dois mil, quatrocentos e seis reais, e onze centavos), representa a situação patrimonial da entidade, posição em 31.12.2019, cujo o incremento em relação ao exercício anterior face o superávit apurado foi R\$ 35.138.202,85 (trinta e cinco milhões, cento e trinta e oito mil, duzentos e dois reais, e oitenta e cinco centavos) como segue demonstrado a seguir:



Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

	<u>2019</u>
Superávit orçamentário 2019	21.804
(+) Variações patrimoniais ativas	
Resultante de execução orçamentária	10.043
Independente de execução orçamentária	6.007
Variações financeiras	6.293
Subtotal	44.148
(-) Variações patrimoniais passivas	
Resultante de execução orçamentária	(839)
Independente de execução orçamentária	(6.069)
Variações financeiras	(2.102)
Subtotal	(9.009)
Total	<u><u>35.138</u></u>

Segue, ainda, a evolução do patrimônio social:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Patrimônio social acumulado	155.894	138.266
Adicionado ao exercício	35.138	17.629
Total	<u><u>191.032</u></u>	<u><u>155.894</u></u>

19. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Execução Orçamentária do exercício será demonstrada em conformidade com o disposto na Lei nº 4.320/64 (gestão orçamentária), apresentando os seguintes resultados:



Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

	<u>Dotação</u>	<u>Realização</u>
Receitas correntes	117.708	111.552
Receitas de capital	4.906	8.785
Total	<u>122.614</u>	<u>120.337</u>

	<u>Dotação</u>	<u>Realização</u>
Despesas correntes	103.926	84.916
Despesas de capital	18.688	13.617
Total	<u>122.614</u>	<u>98.533</u>

Ainda, em relação aos valores arrecadados e gastos pela entidade no exercício de 2019, verificou-se a seguinte participação das principais receitas e despesas, de forma comparativa com o exercício anterior.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas		
Contribuições (a)	67.196	64.934
Financeiras (b)	6.889	6.282
Serviços	16.356	14.810
Outras receitas correntes (c)	2.900	2.903
Subvenções e auxílios regul./regimentais (d)	11.202	10.718
Apoios financeiros (e)	7.009	13.652
Receitas de capital (f)	8.785	1.534
Total	<u>120.337</u>	<u>114.834</u>

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas		
Pessoal e encargos sociais	49.283	51.076
Ocupação e utilidades	4.055	4.331
Material de consumo	2.602	1.909
Transportes e viagens	407	573
Serviços de terceiros	19.909	21.066

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

	2019	2018
Outras despesas correntes	169	194
Despesas financeiras	476	569
Impostos, taxas e contribuições	175	339
Despesas diversas (g)	1.865	1.505
Contrib./transf. regul./regimentais (h)	5.957	5.740
Convênios	0	-
Contrib. associativas e filiação	18	24
Despesas de capital	13.617	11.222
Total	98.533	98.547

(a) Receitas de contribuições: compostas pelas arrecadações direta e indireta.

	2019	2018
Contribuição compulsória direta	32.754	30.590
Contribuição compulsória indireta	34.442	34.344
Total	67.196	64.934

(b) Receitas financeiras

	2019	2018
Aluguéis	1.109	934
Rendimentos de aplicação financeira	5.780	5.178
Atualização crédito tributário	-	170
Total	6.889	6.282

(c) Outras receitas correntes: correspondem aos valores recebidos a título de recuperação de despesas, como por exemplo, recuperação de crédito tributário; indenizações e restituições; receitas financeiras (juros e multa); e de patrocínios (valores recebidos com fins culturais para a unidade de negócios do Sesi Museu da Indústria).



Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Recuperação de despesas	1.832	2.398
Receitas financeiras	182	156
Indenizações e restituições	887	158
Receitas de patrocínios	-	191
Total	<u>2.900</u>	<u>2.903</u>

(d) Subvenções e auxílios regulamentares e regimentais são valores referentes às subvenções especiais e ordinárias, repassadas pelo Departamento Nacional, calculados com base nos valores arrecadados da contribuição compulsória indireta.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Auxílio mínimo/subvenções ordinárias	5.116	4.937
Subvenções especiais	6.087	5.781
Total	<u>11.202</u>	<u>10.718</u>

(e) Apoios financeiros: valores apropriados no resultado relativos aos projetos estratégicos e apoios para eventos; modernização da gestão, bem como valores recebidos do Departamento Nacional a título de incentivo à produção, os quais são destinados a atender a manutenção e ampliação de programas de atendimento à indústria e trabalhadores.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Feiras e eventos	250	314
Modernização da gestão	2.852	4.716
Projetos estratégicos	939	5.695
Incentivo à produção	2.968	2.928
Total	<u>7.009</u>	<u>13.652</u>

(f) Receitas de Capital: neste grupo constam as receitas de alienação de bens móveis, que são vendidos através de leilão público, bem como as receitas de subvenções extraordinárias, recebidas do Departamento Nacional, e o valor correspondente às operações de crédito aportadas no exercício.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Alienação de bens móveis	54	423
Alienação de bens imóveis	4.000	-
Subvenções extraordinárias	4.731	1.112
Total	<u>8.785</u>	<u>1.534</u>

(g) Despesas diversas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Arrecadação indireta	1.205	1.202
Judiciais, cartoriais e editais	84	16
Multas de trânsito	1	0
Representação e integração	0	1
Jetons	38	36
Provisão de devedores duvidosos	529	241
Pedágio e estacionamento	8	9
Total	<u>1.865</u>	<u>1.505</u>

(h) Contribuições e transferências regulamentares e regimentais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contribuição FIEC	4.705	4.545
Contribuição IEL	1.253	1.195
Total	<u>5.958</u>	<u>5.740</u>

20. BALANÇO FINANCEIRO

Os recursos da Entidade estão demonstrados através do Balanço Financeiro, que obedece ao modelo da Lei nº 4.320/64, evidenciando os valores recebidos, as despesas pagas e as disponibilidades financeiras iniciais e finais, conforme demonstrado:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

	2019
Saldo do exercício anterior	90.649
(+) Recursos recebidos	
Receitas orçamentárias	120.337
Receitas extra orçamentárias	1.402
Variações patrimoniais ativas	6.293
Subtotal	218.681
(-) Aplicações de recursos	
Despesas orçamentárias	(98.533)
Despesas extra orçamentárias	(8.946)
Variações patrimoniais passivas	(2.102)
Subtotal	(109.581)
Total	109.100
Superávit do exercício	18.451

21. SEGUROS

Os bens da Entidade estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura dos eventuais riscos. A especificação por modalidade de risco e a importância segurada das principais apólices, de acordo com os corretores de seguros contratados pela "Entidade", está demonstrada a seguir:

Modalidade do seguro	Vigência	Importância segurada
BENS IMOVEIS(INCENDIO/RAIO/EXPLOSAO)	21/09/2019 ATE 21/09/2020	9.000
BENS IMOVEIS(VENDAVAL/FURACAO/CICLONE/CHUVA)	21/09/2019 ATE 21/09/2020	1.000
BENS IMOVEIS(DANOS ELETRICOS)	21/09/2019 ATE 21/09/2020	300
BENS IMOVEIS(EQUIPAMENTOS ELETRONICOS)	21/09/2019 ATE 21/09/2020	200
BENS IMOVEIS(RESPONSABILIDADE CIVIL)	21/09/2019 ATE 21/09/2020	800
DANOS DE CAUSA EXTERNA	09/02/2019 ATE 09/02/2020	239
INCENDIO/RAIO/EXPLOSAO/IMPL	09/02/2019 ATE 09/02/2020	239
DANOS ELETRICOS	09/02/2019 ATE 09/02/2020	10
BENS IMOVEIS (DESMORONAMENTO)	21/09/2019 ATE 21/09/2020	500

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais mil)

Modalidade do seguro	Vigência	Importância segurada
VEICULO(ACIDENTES PESSOAIS P_PASSAGEIROS	26/10/2019 ATE 26/10/2020	5
VEICULO (DANOS MATERIAIS A TERCEIROS)	26/10/2019 ATE 26/10/2020	150
VEICULO (DANOS MATERIAIS A TERCEIROS)	26/10/2019 ATE 26/10/2020	150
VEICULO (CARROCERIA)	26/10/2019 ATE 26/10/2020	10
VEICULO (DANOS MORAIS)	26/10/2019 ATE 26/10/2020	50
Total		12.653

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Entidade avaliou possíveis eventos subsequentes à luz das normas vigentes e entende que não existem fatos a serem divulgados que possam ter impacto sobre os demonstrativos contábeis.

* * *

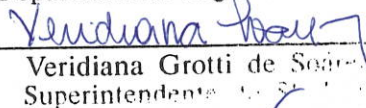


Ana Carolina Pereira Dutra Miranda
Gerente de Contabilidade
CRC-CE 019258/O-0



José Ricardo Montenegro Cavalcante
Diretor Regional do Sesi- DR CE

Serviço Social da Indústria
Departamento Regional do Ceará



Veridiana Grotti de Sousa
Superintendente Regional